ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0161/2021

Processo nº 2020-22HBP – GEAT
Pregão nº 0025/2021

Pelo presente instrumento, o Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, legalmente pelo Subsecretária de Estado da Saúde para Assuntos Administrativos e de Financiamento da Atenção à Saúde, **Sra. MARIA DE LOURDES SOARES,** brasileira, portadora da Carteira de Identidade n.º 341.479 – SSP/ES, inscrita no CIC(MF) sob o n.º 479.384.717-04, nomeada pelo Decreto n.º 119-S, de 21/01/2021, publicado no DOE em 22/01/2021, residente e domiciliada na Rua Alice Bumachá Neffa, nº. 715, apto. 301, Bl. 02, Ed. Sant Jacques, Jardim Camburi - Vitória/ES, considerando o julgamento da licitação na modalidade de, **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO – PAPEL FORMATO A3**, sob nº. **0025/2021**, RESOLVE registrar os preços da empresa **KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO 08171117783 (CNPJ: 31.764.758/0001-20),** com sede na Av. Atlântica, 54 – Praia do Morro – Guarapari/ ES – Apto 104 – CEP: 29.216-100, neste ato representada pela **Sra. KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO**, portadora da Carteira de Identidade **RG nº 2029.552 - SSP/ES** e inscrito no **CPF sob o nº 081.711.177-83,** atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – **DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO – PAPEL FORMATO A3** especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

(a) Anexo A – Especificação dos preços;

(b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;

(c) o Edital e todos os seus Anexos;

(d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Participam, ainda, deste certame os seguintes órgãos da Administração Pública Estadual:

(a) **CAPAAC** em Cachoeiro de Itapemirim – ES;

(b) **SEDURBI** em Vila Velha – ES;

(c) **SEMOBI** em Vitória – ES

3.3 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário, respeitado, no somatório de todas as contratações (tanto as realizadas pelo órgão gerenciador e pelos participantes da ata quanto as promovidas pelos aderentes), o valor máximo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 1 / 11

4 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

4.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

4.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

4.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

4.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

4.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

4.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

4.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

4.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

4.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

4.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

4.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

4.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

4.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise técnica da Contratante e de análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

5 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

5.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

5.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

5.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

5.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 2 / 11

5.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

5.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

5.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

5.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

5.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

5.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

6.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF\ X\ \frac{12}{100}\ X\ \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.
VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
ND = Número de dias em atraso.

6.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

6.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

6.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

6.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

7.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

7.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

9 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 3 / 11

9.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

9.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 dias úteis.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

10 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

10.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de **10** (dez) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento.

10.2 - O produto será entregue em dias úteis, nos seguintes endereços:

ÓRGÃO	ENDEREÇO
CAPAAC	R. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá - Vitória/ES. TEL: 3347-5633 – email: andressasantos@saude.es.gov.br. No setor da Gerência de Engenharia e Arquitetura – GEAT.
SEDURB	Avenida Dr. Olivio lira, 353 – 19º andar – Centro Empresarial Praia da Costa, Vila Velha/ES CEP: 29101-260 Telefone: 3636-5010 Email: guaraci.alves@sedurb.es.gov.br
SEMOBI	Avenida Nossa Senhora da Penha, 714, Ed. RS Trade Tower, 6º andar - Praia do Canto CEP: 29.055-130 - Vitória/ES Tel.: (27) 3636-9600/Fax: (27) 3636-9600 E-mail: debora.ferrari@semobi.es.gov.br
SESA	R. Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá - Vitória/ES. TEL: 3347-5633 – email: andressasantos@saude.es.gov.br. No setor da Gerência de Engenharia e Arquitetura – GEAT.

10.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

10.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

10.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

10.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

10.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 4 / 11

11.1 - Compete à Contratada:

(a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, na íntegra do edital e seus anexos, e mantê-los em pleno funcionamento;

(b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

(c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

(d) garantir a execução qualificada do contrato.

(e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega do objeto adquirido;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto adquirido.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item **12.2** deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea **"c"**.

12.2.1 As sanções previstas nas alíneas **"a", "c"; "d" e "e"** deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea **"b"**).

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas **"c", "d" e "e",** a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 5 / 11

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea **"d",** deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 6 / 11

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo **GEAT**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

17.2 - A fiscalização será exercida pelo servidora **ANDRESSA DALL ORTO DOS SANTOS**, **NF nº 3821137**.

18- **DO FORO**

18.1 **-** Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

MARIA DE LOURDES SOARES
Subsecretária de Estado da Saúde para Assuntos Administrativos e de Financiamento da Atenção à Saúde
Contratante

KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO, **CPF nº 081.711.177-83**
KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO 08171117783
Contratada

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 7 / 11

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - **REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO – PAPEL FORMATO A3** conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	15420	1	PAPEL FORMATO A3 (297MM X 420MM), SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², ALCALINO, PRODUZIDO COM FRIBRAS DE EUCALIPTO TRATADAS, MULTIFUNCIONAL, ELEVEVADO GRAU DE BRANCURA, RESMA DE 500 FOLHAS. CAIXA COM 10 RESMAS.CAIXA.	CAIXA	161

1.1-Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2-A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

1.3-CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.4-Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

1.5-OPÇÃO PELO REGISTRO DE PREÇOS

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1-São obrigações da CONTRATANTE:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega do objeto adquirido;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto adquirido.

2.2-São obrigações da CONTRATADA:

(a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, na íntegra do edital e seus anexos, e mantê-los em pleno funcionamento;

(b)providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

(c)manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

(d)garantir a execução qualificada do contrato.

(e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lote acima descrito.**

3.2 A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Detalhamento do Objeto**.

3.3 O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 8 / 11

a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3**;

b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item **3.1**;

c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - **ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

LOTE 01	*DESCRIÇÃO/ CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS*	*COD. SIGA*	*UNID.*	*CAPAAC*	*SEDURB*	*SEMOBI*	*SESA*	*TOTAL*	
								min	*max*
1	PAPEL FORMATO A3 (297MM X 420MM), SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², ALCALINO, PRODUZIDO COM FRIBRAS DE EUCALIPTO TRATADAS, MULTIFUNCIONAL, ELEVEVADO GRAU DE BRANCURA, RESMA DE 500 FOLHAS. CAIXA COM 10 RESMAS. CAIXA.	15420	caixa	1	150	5	5	16	161

4.1 FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.11. Durante a vigência do contrato, a entrega dos materiais e/ou execução dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor **da GEAT – Gerência de Engenharia e Arquitetura.**

4.1.2. Os procedimentos de gerenciamento e fiscalização dos contratos deverão observar o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e na Portaria Conjunta SEGER/PGE/SECONT nº 049- R, de 24/08/2010.

4.2 DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

4.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/fatura correspondente ao quantitativo mensal Do objeto efetivamente solicitado e recebido.

4.2.2 O pagamento será efetivado após a verificação da regularidade fiscal, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

4.2.3 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir do "Atesto" da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 9 / 11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0161/2021

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0161/2021**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão N° 0025/2021.**

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	15420	1	PAPEL FORMATO A3 (297MM X 420MM), SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², ALCALINO, PRODUZIDO COM FRIBRAS DE EUCALIPTO TRATADAS, MULTIFUNCIONAL, ELEVEVADO GRAU DE BRANCURA, RESMA DE 500 FOLHAS. CAIXA COM 10 RESMAS.CAIXA. **MARCA: REPORT PREMIUM**	CAIXA	161	295,0300	47.499,83

VALOR TOTAL .....R$ 47.499,83

REPRESENTANTE: **KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO 08171117783 (CNPJ: 31.764.758/0001-20),** com sede na Av. Atlântica, 54 – Praia do Morro – Guarapari/ ES – Apto 104 – CEP: 29.216-100, neste ato representada pela **Sra. KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO**, portadora da Carteira de Identidade **RG nº 2029.552 - SSP/ES** e inscrito no **CPF sob o nº 081.711.177-83.**

2021-ML0M0Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 26/02/2021 04:43 PÁGINA 10 / 11

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

KÁTIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO
CIDADÃO
assinado em 26/02/2021 16:40:59 -03:00

MARIA DE LOURDES SOARES
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SESA - SSAFAS
assinado em 25/02/2021 17:51:21 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 26/02/2021 16:43:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROSANA COUTINHO DEVENS (FARMACEUTICO - QSS - SESA - NECV)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2021-ML0M0Q

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

PORTARIA Nº 054-S, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

Exonera servidora.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994,

RESOLVE

EXONERAR, a pedido, a partir de 17 de fevereiro de 2021, de acordo com o artigo 61, parágrafo 2º, alínea "b", da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **JOICE OLIVEIRA SILVA**, Número Funcional 4191730, do Cargo de provimento em comissão Agente de Serviço II, referência QC-06, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

Vitória, 17 de fevereiro de 2021.

NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 650741

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 0161/2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-22HBP
EDITAL: Pregão nº 0025/2021
LOTE 01
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE BEM DE CONSUMO - PAPEL FORMATO A3
EMPRESA: KATIA ROSANE SOUZA DA PAIXÃO 08171117783 (CNPJ: 31.764.758/0001-20**)**
VALOR GLOBAL DO ITEM: R$ 47.499,83 (quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 03/03/2021 a 02/03/2022.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2021

MARIA DE LOURDES SOARES
Subsecretária de Estado da Saúde para Assuntos Administrativos e de Financiamento da Atenção à Saúde - Respondendo
Protocolo 650464

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 0162/2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-ZNP31
EDITAL: Pregão nº 0036/2021
LOTE 13
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - MANDADO JUDICIAL
EMPRESA: MULTICARE PHARMACEUTICALS LTDA, (24.331.585/0001-90
VALOR GLOBAL DO ITEM: R$ 2.212.380,00 (dois milhões, duzentos e doze mil e trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 03/03/2021 a 02/03/2022.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2021

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 650468

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1333/2020

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.
CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA (CNPJ : 44.734.671/0001-51).
OBJETO: - reduzir o valor unitário do **Lote 06** no percentual de **1,6591%,** passando o valor unitário de R$ 0,6630 (seis mil seiscentos e trinta décimos de milésimo de real) para R$ 0,6520 (seis mil quinhentos e vinte décimos de milésimo de real), conforme o anexo I, a que se refere à Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços, nos parâmetros do Anexo deste termo aditivo nos limites previstos no artigo 65, inciso I, letra "b", da Lei Federal 8.666/93, juntando aos autos novo anexo com os valores que se pretende alterar.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2021.

PROCESSO Nº 2020-34H0C

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 650567

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1334/2020

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.
CONTRATADA: FARMALIBRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 00.809.672/0001-42).
OBJETO: - reduzir o valor unitário do reduzir o valor unitário do **Lote 09** no percentual de **1,8063%,** passando o valor unitário de R$ 50,3800 (cinquenta reais, três mil oitocentos décimos de milésimo) para R$ 49,4700 (quarenta e nove reais, e quarenta e sete déscimos de milésimo), conforme o anexo I, a que se refere à Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços, nos parâmetros do Anexo deste termo aditivo nos limites previstos no artigo 65, inciso I, letra "b", da Lei Federal 8.666/93, juntando aos autos novo anexo com os valores que se pretende alterar.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2021.

PROCESSO Nº 2020-34H0C

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 650570

ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0392/2021

PROCESSO Nº 87739399
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0496/2020
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.
CONTRATADA: HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 12.499.494/0002-60.
OBJETO: Aquisição de medicamentos.
Valor: R$ 30.123,24 (trinta mil, cento e vinte e três reais e vinte e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE: 20.44.901.10.303.0047.2692, Elemento de Despesa 339091, Fonte 0104000000 Numero Empenho 2021NE01931, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 22/02/2021.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	LIRAGLUTIDA 6MG/ML	SERINGA PREECHIDA	196	153,6960	30.123,24

Protocolo 650611

ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0341/2021

PROCESSO Nº 87123185
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0091/2020
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde
CONTRATADA: Biohosp Produtos Hospitalares S/A
OBJETO: Aquisição de medicamentos. Valor R$ 144.792,00 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e dois reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE: 20.44.901.10.303.0047.2692, Elemento de Despesa 339091, Fonte 0104000000 Numero de Empenho 2021NE01915, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 19/02/2021

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	OSIMERTINIBE 80 MG	COMPRIMIDO REVESTIDO	180	804,4000	144.792,00

Protocolo 650636

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 00008/2021
Contratante: Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro De Itapemirim-SRSCI
Processo Nº: 2020-TZ2NM-SRSCI
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico Nº 0042/2020, Lei 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei 8.666/1993, do Decreto estadual 1.790-R/2007 e do Decreto estadual 2.458-R/2010.
Contratado: Clínica Radiológica Hélio Ribeiro Santos Ltda
CNPJ: 27.374.412/0001-48
Objeto: Prestação de Serviços de Exames Médicos de RESSONÂNCIA COM SEDAÇÃO (CABEÇA E OUTROS SEGMENTOS).
Valor: R$127.999,80 (Cento e vinte e sete mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).
Vigência: 02/03/2021 a 01/03/2022
Fonte: Atividade 20.44.901.10.302. 0047. 2185, Elemento Despesa 339039.
Jose Maria Justo
Superintendente Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim
Protocolo 650469

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0014/2021
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.
PROCESSO Nº 2020-5N32G

2021-Z6FFPB - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 02/03/2021 09:43 PÁGINA 1 / 2

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Segunda-feira, 1 de Março de 2021 às 22:40:09
Código de Autenticação: bff946d6

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 02/03/2021 09:43:27 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROSANA COUTINHO DEVENS (FARMACEUTICO - QSS - SESA - NECV)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2021-Z6FFPB